



QUANDO CHEGA O OUTONO

Histórias
sobre o
trabalho
em um país
que vive
cada vez mais

REPORTAGEM POR **KAUANE SCHERER LAHR**
ORIENTADO POR **ISABEL COLUCCI**

“Uma rosa de outono mais encantos tem que qualquer outra”.

— Agrippa d’Aubigné

A cada minuto, três pessoas completam 50 anos no Brasil, e duas completam 60 anos.

Hoje, pessoas com mais de 50 anos representam 25% da população do país — e a faixa etária acima dos 60 anos representa 15%. A projeção é que, em 2060, 1 em cada 4 brasileiros seja idoso.

A velhice — ou maturidade — é muitas vezes comparada ao outono, como se fosse uma estação estéril, em que a umidade ainda não chegou e o calor já se foi — como dito pelo filósofo Plutarco. Ou ainda, pelas palavras do poeta Agrippa d'Aubigné “a estação do desfrute e não mais dos labores”. Mas a verdade é que nossa população está vivendo cada vez mais e, conseqüentemente, trabalhando mais. A aposentadoria deixou de ser sinônimo de inatividade.

E não é novidade que o mercado de trabalho costuma ser duro com profissionais mais velhos. Entre setembro de 2021 e setembro de 2022, 1,4 milhão de novas vagas de trabalho criadas foram ocupadas por jovens de 18 a 24 anos. Em contrapartida, houve uma destruição de 61,2 mil vagas para o segmento de trabalhadores com mais de 50 anos. Essa foi uma análise divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) na Carta de Conjuntura do 4º trimestre de 2022, utilizando os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de setembro deste ano.

O desemprego de longa duração também incide mais sobre profissionais em meio de carreira. O relatório “Conhecendo o momento do meio de carreira no mundo”, divulgado pelo instituto Generation, aponta que, dos desempregados respondentes, 63% das pessoas com mais de 45 anos estavam desempregadas há mais de um ano. Em comparação, na faixa dos 35 aos 44, essa porcentagem cai para 52%, e, na faixa dos 18 aos 34, para 36%.

Isso significa que os trabalhadores mais velhos estão sendo empurrados para fora do mercado de trabalho com mais frequência que trabalhadores mais jovens.



E estar nessa lacuna do desemprego sem estar aposentado, ou mesmo aqueles aposentados com salário mínimo, traz implicações sérias para a saúde financeira da população com mais de 45 anos.

No Brasil, as faixas etárias mais afetadas pelas implicações do desemprego de longa duração são os mais jovens — pela falta de experiência — e os mais velhos, pela dificuldade de recolocação no mercado. Quando o assunto são rendimentos, na análise da Carta de Conjuntura do Ipea divulgada no 3º trimestre de 2022, o detalhamento por faixa etária indicou que o desempenho da renda tem sido pior para idades mais elevadas nos últimos trimestres.

Atualmente, 95% dos idosos possuem alguma fonte de renda, que podem ser: aposentadorias por idade e por tempo de serviço, pensão por morte e trabalho remunerado — seja no mercado formal ou informal. E a renda média dessa população é R\$ 1.765,79. Os dados são da pesquisa Idosos no Brasil II — Vivências, desafios e expectativas na 3ª idade, realizada pela Fundação Perseu Abramo (FPA).

E, de acordo com a mesma pesquisa, 68% deles são os principais responsáveis por seus lares, arrimos de suas famílias.

A pesquisa aponta também que 64% dos idosos estão aposentados, e 54% afirmam que foi fácil se adaptar à nova rotina. Os 10% que enfrentaram dificuldades nessa adaptação relacionam elas à rotina de trabalho, sentindo falta da movimentação do dia a dia, bem como a dificuldades financeiras. Dos aposentados respondentes, 60% não receberam nenhum tipo de preparo para a aposentadoria. Porém, 23% acreditam ser necessário algum tipo de preparação. E 14% sugerem “ter um trabalho mais leve ou adequado à idade”, “ter uma atividade física”, ou “poder trabalhar, se quiser”.





A ESTREITA JANELA DA APOSENTADORIA

Atrás de um aparelho celular em uma chamada de vídeo, um homem negro de barba e cabelos grisalhos se preocupa se o latido dos cachorros dos vizinhos atrapalhará nossa entrevista. Sentado ao lado da janela da casa que divide com sua esposa — de seu segundo casamento, Roberto Lima (63) me recebe virtualmente em São Paulo, a mais de 600 quilômetros de distância de onde estou, em Santa Catarina.

Assim como grande parte dos brasileiros na faixa dos 60 anos, Roberto começou a trabalhar muito cedo, antes ainda dos 14 anos — é claro, sem registro formal. Trabalhar 45 anos para conseguir se aposentar parece impensável para Roberto — que aconselha as filhas e os enteados a se prepararem para esse momento de vida e carreira.

Enquanto planejava seu processo de aposentadoria no início dos anos 2000, Roberto não imaginava que, quando ela chegasse de fato, a sociedade, a economia, a tecnologia e entre tantas outras coisas, passariam por tamanhas transformações que dificultariam a sua recolocação no mercado de trabalho. Ou simplesmente a possibilidade de poder descansar e *curtir* a aposentadoria.



Roberto se aposentou aos 49 anos, quando completou 35 de contribuição para a previdência social. Durante 32 anos trabalhou como bancário. Mas iniciou sua jornada de trabalho aos 14, como mecânico. Aos 18, começou a trabalhar em um banco privado chamado Banco Mercantil de São Paulo. Depois, foi aprovado no concurso para o Banco do Brasil, onde permaneceu por 28 anos.

Nos últimos 20 anos de banco, Roberto ocupou cargos de supervisor até gerente geral, em dez agências espalhadas por diferentes lugares do Brasil. Um período bastante cansativo, segundo ele, e principal motivação para sua aposentadoria. Roberto comenta que essa é uma prática bastante comum em bancos, ao menos onde ele trabalhou. Conforme os funcionários vão envelhecendo e completando décadas de trabalho, a gestão costuma fazer transferências e mudanças de cargos até que o funcionário se canse e decida se aposentar ou se demitir.

— Isso desestrutura um pouco a cabeça da gente, a gente acaba perdendo o gosto pelo trabalho ou, pelo menos, pelos desafios maiores. Foi um desafio manter o ritmo, a produtividade. E eu não quis mais isso aos 50 anos, eu falei “não, não dá mais, vou viver minha vida”. Eu poderia ter continuado. Talvez não até hoje, talvez hoje eu não aguentasse mesmo. Mais uns três, quatro, cinco anos no máximo — conta Roberto.

A aposentadoria de Roberto foi planejada por alguns anos. Esperou o momento que fosse mais confortável em termos financeiros e de relações de trabalho. Na época, o Banco do Brasil possuía um fundo, que funcionaria como um complemento da aposentadoria. E, para Roberto, essa reserva era mais interessante que “esperar ficar velho, me aposentar e, como muitos colegas, alguns meses depois morrer”.

— Mesmo parecendo que “ah, é um trabalho intelectual, é cabeça, não é um trabalho braçal igual ao de pedreiro, agricultor”, o desgaste mental também acaba com o físico — destaca Roberto.

A pesquisa “Quão seguro é o emprego em idades mais avançadas?”, publicada pelo Instituto Urban em 2018, mostra que mais da metade dos trabalhadores com mais de 50 anos foram desligados de seus empregos por demissões em massa, fechamento de empresas, insatisfação no emprego ou aposentadoria inesperada. Os que deixaram o emprego involuntariamente por razões pessoais, incluindo problemas de saúde ou preocupações familiares, somam 9%.

Depois que se aposentou e saiu do Banco do Brasil, Roberto chegou a fazer cerca de dez entrevistas de emprego, mas nunca foi contratado. E, ainda que não tenha conseguido a recolocação no mercado, Roberto acredita que “não se deu mal”, porque entende que sua experiência é generalista e o mercado hoje exige mais especialidades e habilidades técnicas.

Mas, ainda que não conseguisse um emprego formal, Roberto precisava se manter ocupado e complementar a renda, pois, apesar de conseguir viver bem com a aposentadoria, qualquer emergência poderia comprometer o orçamento.

Então, passou a empreender e se aventurar por algumas áreas bastante diferentes: trabalhou com Recursos Humanos, abriu uma loja de computadores, teve um foodtruck com uma de suas filhas e, ainda, ofereceu consultoria baseada em PNL (Programação Neurolinguística — abordagem pseudocientífica que visa aproximar comunicação, desenvolvimento pessoal e psicoterapia) e coach. Sua última tentativa de empreendimento foi ao lado de um colega, oferecendo treinamentos em educação corporativa. Ficaram um tempo no mercado e encerraram as atividades na pandemia.

— E atualmente estou parado. Totalmente parado. Em parte, por opção, em parte por falta de opção. Opção minha, mas também por falta de opção no mercado. Eu deveria ter me organizado no sentido de me preparar para o mercado. Anos atrás, seria muito interessante ter tido essa orientação para alternativas, mais escolhas de profissão, para que a gente não fique nem generalista, nem especialista demais. Talvez a gente tenha expectativas muito altas para as nossas realidades. E eu acreditei que eu pudesse fazer mais coisas fora do banco. Também acreditei que o Brasil ia bem — reflete Roberto.

Por muitos anos, a aposentadoria mais a renda do trabalho autônomo foi suficiente para Roberto inclusive ajudar a custear os estudos e outras despesas das duas filhas, que hoje já estão formadas. Hoje, sem nenhuma atividade complementar, Roberto lamenta:

— Cheguei num momento em que, se alguém precisar, não me procure, porque bateu no limite.

Após os 45 anos, se recolocar no mercado de trabalho é um desafio. Por isso, muitos brasileiros, como Roberto, acabam seguindo o caminho do trabalho por conta própria e/ou empreendedorismo. O Brasil tem hoje aproximadamente 14 milhões de Microempreendedores Individuais (MEIs) — o que representa 70% das empresas ativas no país. Desses, mais de 3,5 milhões têm mais de 50 anos.

— Eu apostei muito, investi, acreditei. Mas depois dos 50 já não é mais a mesma coisa em nenhuma área, realmente é muito difícil — lamenta Roberto. — Por mais que eu acompanhe o mercado, por mais que eu esteja atualizado, não é o que interessa ao corporativo. A partir de um determinado momento, a aposentadoria passa a ser uma janela estreita, sabe? Aquilo que na juventude a gente vê como uma porta larga de oportunidades, na verdade, você fica muito limitado. A gente percebe que não é mais a mesma coisa. Por mais cabeça que você tenha, a energia te falta; ou quando você tem energia as ideias não vêm. Então a idade — e acredito que seja um drama para a maioria dos aposentados — acaba sendo um peso meio desproporcional. Não deveria ser.



QUANDO A IDADE COMEÇA A PESAR?

O drama enfrentado por Roberto, e outros tantos aposentados, pode ser explicado pelos reflexos do etarismo — o preconceito que discrimina pessoas com base na sua idade. Outro termo utilizado para se referir ao assunto é gerontofobia. Alguns pesquisadores, como Teresa Almeida Pinto, explicam a gerontofobia como o medo desproporcional, repulsivo e persistente do processo de envelhecimento — que pode estar relacionado ao sujeito a respeito de seu próprio processo de envelhecimento ou de terceiros.

A discriminação por idade pode se manifestar nos mais diversos ambientes e tipos de relações, seja em casa, no trabalho, na rua e de forma institucionalizada, colocando a pessoa idosa em uma posição de fragilidade e dependência.

— Costumamos ter um ideal de pessoa idosa e querer encaixá-las dentro desse perfil, que normalmente é um perfil de fragilidade, de infantilidade, de perda de autonomia. E a gente vai encaixando as pessoas como se todas fossem aquele modelo ali.

— E ignora que são mulheres, homens, pessoas negras, pessoas com deficiência, indígenas, que têm diversas outras características que os atravessam — e que precisam ser consideradas quando falamos de qualquer problema relacionado a uma política pública — explica Douglas Roberto Martins, promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e Terceiro Setor do Ministério Público de Santa Catarina.

Douglas destaca ainda que o etarismo colabora para a distorção da questão da autonomia da pessoa idosa. Dentro dessa “imagem padrão” que se formula acerca dessa população, existe a visão da pessoa idosa como alguém que não pode decidir por si, que perde sua capacidade civil, até mesmo sua capacidade cognitiva.

— Hoje a população idosa cresceu muito e é vista como um peso, como uma despesa; ‘eu tenho que bancar a velhice dessa pessoa’. Embora a previdência esteja ali porque elas contribuíram e construíram o que temos hoje. Mas essa valorização não acontece — explica Douglas Martins.

— Tem quem tente romantizar a coisa, “nossa, 60 anos, experiência, tá atingindo a sabedoria...”... Só que não — opina Roberto Lima. — Primeiro que o mercado e a juventude querem mais é rede social, mais liberdade, mais “fazer as coisas do seu jeito” e com o máximo de ganho. É um mercado que se pretende ganhar o mais rapidamente para não se preocupar com a aposentadoria. E chega nesse momento a Reforma da Previdência, que joga para trabalhar mais tempo ainda.

As novas regras estabelecidas pela Reforma da Previdência — aprovada em 2019, no primeiro ano do governo Bolsonaro — permitem apenas a aposentadoria por idade, sendo o mínimo de 62 anos para mulheres e 65 para homens.

O cálculo da média salarial passa a considerar todos os salários do contribuidor desde julho de 1994. Assim, ao cumprir os requisitos para aposentadoria, o trabalhador receberia 60% da média salarial mais 2% a cada ano a mais de contribuição para além do tempo mínimo obrigatório.

Isso significa que as mulheres só receberão 100% do benefício quando somarem 35 anos de contribuição; da mesma forma, os homens terão direito a 100% da aposentadoria quando cumprirem 40 anos de contribuição.

Além do argumento de déficit nas contas da previdência, uma das principais motivações para a reforma foi justamente a transição demográfica — o rápido envelhecimento da população. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) levantados pelo economista e secretário da Fazenda, Mansueto Almeida, mostram que a relação entre trabalhadores ativos e inativos cairá de 9 para 1 em 2015 para 4 para 1 em 2040. Ou seja, mais que dobrará o número de pessoas aposentadas em relação às que ainda trabalham e contribuem para a previdência.

— Para se aposentar, tem que pensar daqui a 50 anos. Ninguém pensa a tão longo prazo. E eu também não pensei exatamente como tudo poderia ocorrer — Reflete Roberto. — Na prática, a meu ver, foi esse descasamento entre experiência prática e expectativa do mercado. Tem várias oportunidades, eu poderia fazer qualquer coisa. Poderia. Se eu tivesse 30 anos eu faria. Qualquer coisa. Eu teria mais tempo para aprender e mostrar serviço. E aos 50, 60 anos não se tem tempo a longo prazo. Se aos 20, 30 anos ninguém pensa a longo prazo, aos 50, 60 anos a gente pensa no imediato, nas contas que vêm no dia a dia, nos filhos que precisam de ajuda. Então a gente pensa nisso mesmo, é inevitável.

A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NO BRASIL

Nos anos 1940, a expectativa de vida do brasileiro era em média 45 anos. Ao decorrer de oito décadas, a expectativa de vida da nossa população aumentou mais de 30 anos, chegando a 76,6 anos em 2019. Hoje, nossa média de longevidade é 72,2 anos — com a pandemia do novo coronavírus, reduzimos essa média em 4,4 anos, de acordo com levantamento elaborado pela especialista em demografia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Ana Amélia Camarano.

O aumento na expectativa de vida, aliado à queda na taxa de fecundidade, faz com que o Brasil passe hoje por um processo de transição demográfica. Em países desenvolvidos, esse processo aconteceu de maneira paralela às mudanças na qualidade de vida. Já em países em desenvolvimento como o Brasil, o envelhecimento da população ocorreu de maneira acelerada, sem uma organização social e de saúde adequadas, suficientes para atender às novas demandas de uma população cada vez mais idosa.

Um indicador importante a ser analisado, principalmente no que diz respeito à formulação e à calibragem das políticas públicas, é a razão de dependência, que relaciona a população inativa (crianças, adolescentes e idosos) à população economicamente ativa. Com o aumento da participação absoluta e relativa dos idosos na população total, em 2050, a razão de dependência pode chegar ao valor de 52,1. Isso indica que a população em idade produtiva sustentaria uma grande proporção de dependentes, segundo o Observatório Nacional da Família.

Porém, a taxa de ocupação entre os idosos vem crescendo progressivamente desde 2012, chegando a 8,2% em 2019. A pesquisa Idosos no Brasil II da FPA indica que 25% dos idosos ainda trabalham. Entre eles, 11% já são aposentados e continuam trabalhando, sendo 15% no mercado informal e 9% no mercado formal.

População residente, segundo o sexo e os grupos de idade (%)

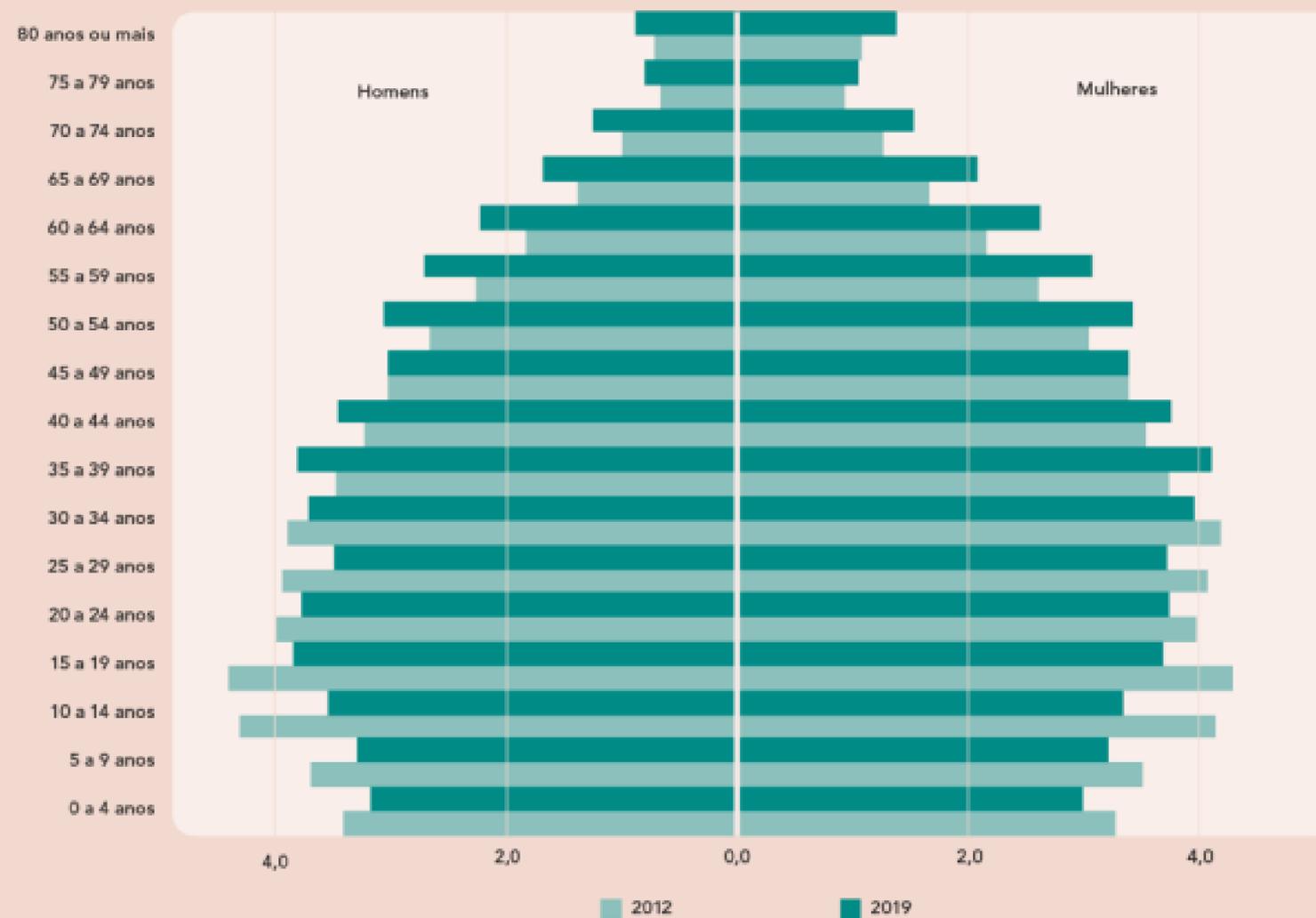


IMAGEM: IBGE, DIRETORIA DE PESQUISAS, COORDENAÇÃO DE TRABALHO E RENDIMENTO, PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA 2012/2019.



MIL E DUZENTOS É MUITO POUCO

À beira das calçadas que levam os andantes ao Terminal Rodoviário Rita Maria, em Florianópolis (SC), sentada em uma banqueta de plástico azul — já descascada pela força do tempo, uma senhora segura sobre seu colo uma cestinha de vime. Exposta aos olhos dos clientes, a cesta guarda o amarelo das embalagens de paçoca e o arco-íris das balas sortidas de goma.

Dez horas da manhã e o sol já bate alto e muito quente, num céu azul como há muito não se via na chuvosa Ilha de Santa Catarina, em pleno mês de outubro. A mulher se protege atrás de um boné e uma saia que lhe desce até os pés. Logo à frente, onde a calçada se encontra com o fim da passarela do Rita Maria, caixas de isopor e *outras banquetas azuis e outras cestas de vime* se recostam no parapeito. Ali, a mulher pede uma garrafa d'água ao homem que se posta diante das mercadorias e interage com os transeuntes do terminal.

— Pega essa aqui que tá mais gelada, mãe! — diz o homem, estendendo uma garrafa para a mulher.

— Por isso mesmo que não quero, o sol tá muito quente — ela retruca.

Volmir Teodoro (54) e Silvane Teodoro (52) são casados há 30 anos e há cinco vendem doces no centro de Florianópolis. Todos os dias, de segunda a sábado, às 5h30 da manhã, os dois deixam sua casa no bairro Monte Cristo, que fica a poucos minutos de carro da rodoviária, para montar sua estação de trabalho na passarela do Rita Maria. A banca do casal de vendedores é composta por caixas térmicas que conservam geladas garrafinhas de água e refrigerante — num preço muito mais camarada que o do terminal rodoviário — e caixas de doces.

Por volta de 4h da tarde, os dois retornam para casa. Às 7h da noite, iniciam mais um turno, dessa vez vendendo refrigerantes de dois litros através do portão de casa, para quem trabalha na vizinhança durante a noite.

— Nós tomamos banho, fizemos um chimarrão e ficamos perto da grade pra fazer mais um dinheirinho — conta Volmir. Essa rotina se repete às segundas, quartas, quinta e aos sábados, pois às terças, sextas e aos domingos os dois vão à igreja.

— Quando chega domingo, às vezes eu fico triste, já fico louco pra voltar aqui de novo. É muito bom conversar com as pessoas, sabe, irmã? Passar uma informação, fazer uma oração. Lá em casa a gente fica muito quieto. Aqui tu dá bom dia pra um, dá bom dia pra outro... É a amizade. E isso é gratificante pra alma da gente — reflete Volmir.

A fé e a religião são motor para o casal de ambulantes. Foi dentro da igreja, inclusive, que os dois se conheceram, no Paraná. Volmir era guitarrista e baixista na banda da Igreja do Evangelho Quadrangular. — Nos conhecemos lá, a gente era novinho na época, nós nos gostávamos. Nos gostamos, né amor? — diz Volmir. — E estamos até hoje. Na alegria e na tristeza, estamos aí, trabalhando — completa Silvane. — *Olha a balinha, a paçoca!*





Trabalhando praticamente a vida toda em posto de gasolina, Volmir se aposentou aos 46 anos, assegurado pelo Art. 57 da Lei nº 8.213/91, que prevê a aposentadoria especial a esses trabalhadores após 25 anos de serviço. Isso porque os empregados que operam em bomba de gasolina têm direito ao adicional de periculosidade — um valor pago ao trabalhador que fica exposto a algum perigo.

De acordo com o art. 193 da CLT, são consideradas atividades perigosas aquelas que impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a inflamáveis, explosivos ou energia elétrica; roubos ou outras espécies de violência física nas atividades de segurança pessoal ou patrimonial; e as atividades de trabalhador em motocicleta.

Ao contrário da insalubridade, que pode ser eliminada por meio do uso de equipamentos apropriados, a periculosidade não pode ser anulada por nenhum equipamento. Os demais profissionais que trabalham no posto de gasolina também têm direito ao adicional, pois exercem suas atividades em local perigoso.

Silvane já deu entrada no processo de aposentadoria, contando com o tempo de trabalho rural e o tempo de contribuição como auxiliar de limpeza e trabalho em frigorífico. Até agora a aposentadoria não foi deferida. A renda do casal se resumia então à aposentadoria de Volmir, no valor de um salário mínimo. Mas a aposentadoria nunca foi suficiente para cobrir todos os gastos da família.

— Mil e duzentos é muito pouco, sabe, irmã? A gente paga o aluguel da kitnet, água, luz e já foi. Às vezes nem isso. Tá tudo muito caro. Mas graças a Deus a gente tem. E a gente tem Ele. Ele nunca deixa faltar — conta Volmir.

NA CORDA BAMBAMBA DO MÍNIMO

O salário mínimo foi criado na década de 1930 no Brasil, com a promulgação da Lei de nº185 em janeiro de 1936 e decreto-lei em abril de 1938. A legislação previa que o salário mínimo deveria ser capaz de satisfazer as necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte dos cidadãos.

De acordo com a última análise da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o salário mínimo necessário para atender às necessidades de uma família de quatro pessoas deveria ser R\$ 6.458,86.

Atualmente, o valor do salário mínimo no Brasil é R\$ 1.216,00, aproximadamente 20% do estimado pelo Dieese. Cerca de 33 milhões de trabalhadores recebem menos que o salário mínimo.

Entre a população com mais de 60 anos, a renda também costuma ser mais baixa do que a média da população geral. Em 2020, enquanto 59% da população geral vivia com renda mensal individual média de até dois salários-mínimos, o percentual entre os idosos chegava a 69%.

Em 2010, cerca de 34% dos idosos viviam em domicílios com renda mensal de até meio salário-mínimo por pessoa.



Em 2017, Volmir e Silvane vieram para Florianópolis para vender água e doces na rua, por recomendação de conhecidos que sabiam que esse tipo de negócio na cidade grande dava retorno. Esse foi o plano do casal, que entendeu que procurar um emprego de carteira assinada não valeria a pena, porque os dois “já têm idade”.

Segundo o Relatório de Competitividade e Preparação da População Idosa, organizado pela AARP International, existe uma tendência para que brasileiros mais velhos trabalhem no setor informal. Incluindo aqueles que se aposentam em um trabalho formal e continuam trabalhando informalmente para evitar impostos da previdência social. Além daqueles que trabalham informalmente boa parte de sua vida — ou a vida toda.

Quando chegaram à cidade, ainda não tinham residência. Por cinco meses moraram em um barraco nos fundos do Terminal de Integração do Saco dos Limões (Tisac), junto à comunidade indígena Kaingang que ocupa o local em condições precárias. O Tisac está abandonado pela prefeitura de Florianópolis desde 2005 e acabou se tornando abrigo para os indígenas que há décadas migram durante o verão para a capital catarinense para vender seus artesanatos.

Ainda que Volmir e Silvane não sejam indígenas, foram acolhidos por seus conhecidos indígenas que vêm do Paraná para Santa Catarina durante a temporada. Houve épocas ainda que os dois que dormiram dentro do carro.

Decididos a trabalhar de forma autônoma, os dois foram começando aos poucos, comprando e revendendo águas e doces em pequenas quantidades, até que conseguiram alcançar uma renda estável. Antes de se mudarem para Santa Catarina, os dois venderam mandolates (um doce feito de amendoim, muito parecido com o original torrone) por dois anos nas ruas do Paraná.



— A gente já vendia lá e sentiu que dava mais [dinheiro] do que de carteira assinada. Poderia até conseguir um emprego, mas ganharia muito pouquinho, né? — diz Volmir. — E a gente resolveu vir pra cá, porque Laranjeiras (PR) é uma cidade muito pequena, não tem como vender doces na rua. Lá tem mais “índio” e eles falaram que aqui dava pra vender água, dava pra vender doces. Então a gente tomou essa iniciativa de vir pra cá vender. E aqui a gente tira um salariozinho bem melhor do que se tivesse trabalhando [em emprego formal], fica aproximadamente dois mil reais pra cada um. Se nós fossemos trabalhar de empregado [sic] seria mil e pouco. Então com o que ganhamos aqui mais a aposentadoria conseguimos sobreviver e ajudar a família.

Para Volmir, sair todos os dias de casa às 5h30 da manhã, ao longo de mais de cinco anos, recompensa. Orgulhoso, faz questão de repetir que formou os três filhos vendendo águas e doces.

Além da garantia de um salário mais alto, de acordo com o casal, o trabalho por conta própria também oferece a eles benefícios como não depender do “relógio” e ter autonomia para realizar outras atividades e resolver pendências durante o expediente.

— E a gente gosta do que a gente faz. — diz Volmir.



QUERO SER DIVA, NÃO QUERO SER JAQUE



Vestindo uma blusa cor de rosa, com uma bolsa atravessada no peito e óculos escuros, uma mulher branca de cabelos loiros se senta ao meu lado na calçada, à beira do mar de Cacupé, em Florianópolis, e me estende o celular. Ela pergunta se posso fazer uma foto sua “dali mesmo, não precisa se levantar” para enviar à filha que mora em Londres. Diva Giovanaz tem 66 anos e mora sozinha em Florianópolis. Há 14 anos vive na cidade, e há 46 trabalha como bancária.

— Eu levanto de manhã e tu pensa que tenho preguiça de trabalhar? Eu adoro. Adoro sair e trabalhar. Gosto do que eu faço, e quando tu gosta do que tu faz, flui.

Natural de Sete Léguas, interior de Santa Cruz do Sul (RS), Diva foi para Esteio concluir o segundo grau na escola, em 1974. Trabalhou como caixa no Supermercado Nacional e, em 1977, aos 20 anos, passou em um teste e começou a trabalhar como caixa de banco no Banrisul. Na época, Diva não tinha nem carteira de identidade.

Depois que concluiu o segundo grau, prestou vestibular para Economia na Unisinos. Desistiu. Em seguida, iniciou o curso de Educação Física e também não concluiu. Por fim, ingressou no curso de Serviço Social. E para se graduar nesse curso faltou apenas o Trabalho de Conclusão de Curso e poucas cadeiras.

— E sabe por que tive dificuldade? Tinha que fazer o trabalho e colocar num disquete para entregar, isso em 1982. Como eu ia colocar isso num disquete? Não tinha ninguém pra me ajudar. O meu marido também não sabia, não tinha computador. Só tinha o do banco. E o do banco não tinha nem internet — conta Diva.

Assim como Roberto, o bancário aposentado, Diva acompanhou a chegada da tecnologia e das automações nos bancos. Os cartões de crédito e débito só se popularizaram no Brasil após as décadas de 1980 e 1990. Antes disso, a grande maioria, se não todas, das operações eram realizadas pelos caixas — por caixas, aqui entendem-se trabalhadores humanos, sentadinhos atrás de suas mesas, recebendo cheques, entregando recibos e replicando dados por meio de papel carbono. Em uma das agências que trabalhou, havia 75 operadores de caixa ativos.

Diva conta que os ambientes eram completamente diferentes. A atmosfera era outra — literalmente. Era bastante comum que se encontrassem cinzeiros sobre as mesas dos caixas e que todo mundo fumasse dentro de bancos, elevadores e quaisquer outros lugares fechados. Afinal, a lei antifumo só passou a valer em âmbito nacional em 2011.

Esse hábito alheio quase custou a vida de Diva. Por 15 anos trabalhou na tesouraria, dentro de um caixa-forte, junto a uma pessoa fumante. Isso fez com que se tornasse uma fumante passiva, causando uma mancha em seu pulmão. Nessa época, desenvolveu asma e teve uma parada respiratória.

O incidente fez Diva deixar Esteio e se mudar para Florianópolis. Já gostava da cidade e costumava passar as férias. Até que uma agência do Banrisul abriu no bairro Estreito, na porção continental da cidade e Diva entendeu que era o momento perfeito.

O filho mais velho de Diva estudou na UFSC, se formou em 2002, e já tinha retornado para o Rio Grande do Sul. Sua filha estudava no RS, mas pediu transferência para a UFSC e veio ficar com a mãe em Florianópolis.

Diva se divorciou do pai dos dois em 1999. Está no segundo casamento há cerca de 20 anos. Seu marido mora em Esteio e, há 15 anos, desde que Diva se mudou, os dois vivem um relacionamento à distância. Toda sexta-feira ele vem para Florianópolis e no domingo retorna a Esteio. Às vezes é Diva quem viaja para terras gaúchas para ver o marido.

Como passa a semana toda sozinha na cidade, para Diva, trabalhar é um prazer. Já aposentada por idade por meio do INSS, resta ainda a previdência complementar do banco em que trabalha. E a possibilidade de se aposentar de vez e sair do banco ainda a aterroriza. Para entender de onde vem esse sentimento e conseguir encarar o que chama de “divórcio do trabalho”, Diva começou a fazer terapia para conseguir parar de trabalhar.

— Imagina, 46 anos, acordar e fazer todo dia a mesma coisa. A terapeuta tá dizendo “olha, fora do banco existe vida”. Aí penso assim “como vou levantar de manhã e não vou trabalhar? O que é que eu vou fazer?”. O problema é que a gente se apega numa coisa que pode ser que depois tu vai achar até que é bobagem, mas eu sou o que eu sei fazer. Minha vida sempre foi isso. Pra tu ver que a gente trabalha a vida toda, aí tu adquire as coisas, cria os filhos... Aí depois tu fica numa sofrência pra poder parar. Não chega a ser justo. Mas é o que eu sinto. Não consigo me ver parada.

Agora, Diva está começando a entender que pode preencher esse tempo — que hoje é ocupado pelo trabalho — com outras atividades, como ioga, tênis de praia, viagens, pintura, fazer os cursos do NETI (Núcleo de Estudos da Terceira Idade da UFSC), e trabalho voluntário.



— E se eu me aposentar, eu já tenho que entrar direto. Não posso deixar a peteca cair.

A possibilidade de ganhar um neto também tem impulsionado a decisão de deixar o banco. Assim, se a filha engravidar, Diva pensa em cruzar o oceano e passar cerca de três meses com ela na Inglaterra, a ajudando a cuidar do bebê.

— Eu já tô pensando que vou sair. Minha filha tá dizendo pra eu ir pra lá. O marido não quer que eu me aposente, porque ele acha que eu vou ficar pentelhando ele. Mas é que eu não falo direito com ele o que eu quero. Eu vou explicar que eu não vou parar e empacar. Eu não quero ficar lá no sul. Quero passear, quero viajar. E eu quero também assim ó... viver. Porque uma coisa que não volta na vida é o tempo.

Seu desejo era ter se aposentado há cinco anos, pelo menos. Mas aí foi ficando... Ficando. Aproveitou o tempo para se organizar e poder se aposentar sem depender de alguma complementação financeira. Diva ainda quer se ocupar, trabalhar com algo, mas não para ser remunerada. Ela quer se ocupar e “fazer alguma coisa por alguém”. O que viu há mais de 30 anos no curso de Serviço Social ainda está vivo e pulsante em sua memória.

— Eu digo assim: me chamo Diva e tenho medo de virar Jaque. “Já que você está aposentada, faz isso... Já que você não trabalha, faz aquilo... Já que você não está fazendo nada...”.

O bom humor é o que tem ajudado Diva a se manter firme e encarar com cuidado e planejamento a decisão de se aposentar.

— Essa semana vi uma frase que a Rita Lee falou, que era assim “envelhecer é uma merda e é maravilhoso... É uma merda porque você vai virando uma ameixa seca. E maravilhoso porque ameixa ajuda você a cagar pro mundo”. E é isso. Eu não me sinto velha, sabe? Nossa, para mim eu tô inteira, bem demais. A velhice tá na cabeça.



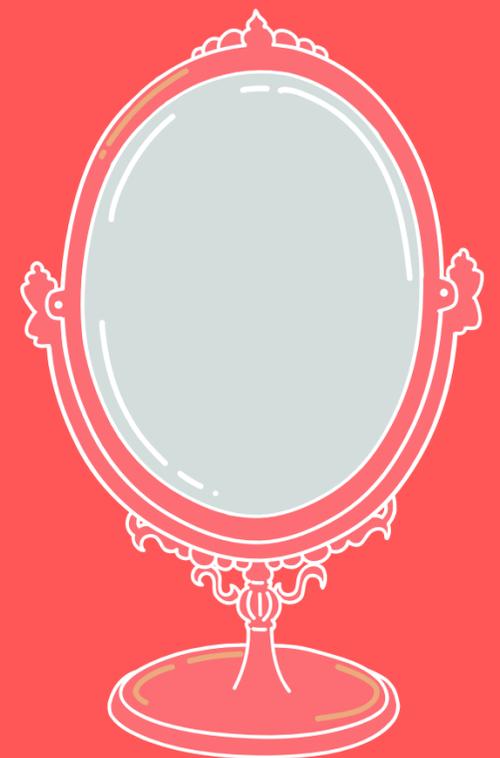
O ESPELHO DA MATURIDADE

A pesquisa de opinião pública IDOSOS NO BRASIL II — Vivências, desafios e expectativas na 3ª idade, divulgada em setembro de 2020 pela Fundação Perseu Abramo, além de buscar retratar a situação da pessoa idosa no Brasil em relação à saúde, previdência, trabalho, moradia e educação, também investiga as percepções referentes à identidade e à autoimagem da pessoa com mais de 60 anos.

Metade dos entrevistados com mais de 60 anos diz “não se sentir idoso”. Entre eles, 70% citam referências positivas, como ter ânimo e vontade de viver, sentir-se bem ou com disposição para os afazeres e para o lazer, e ter boa saúde.

91% dos entrevistados acredita que se chega à velhice após os 50 anos. A falta de saúde e surgimento de debilidades físicas é apontada por 67%. Para 30%, a velhice chega “quando começam a depender de outros física e emocionalmente”, 20% “quando começa a se sentir indisposto para as atividades”, 9% “por exclusão no mercado de trabalho”, 7% “por começar a viver do passado”, 5% por “desânimo emocional e/ou tristeza”.

Citando referências positivas sobre a chegada da velhice, 5% mencionam a experiência e a melhora na qualidade de vida, com mais tempo para viajar e curtir a família.



ENQUANTO TIVER CONTA PARA PAGAR, VOU TRABALHAR

Até que se ouçam os primeiros bipes do micro-ondas, avisando que a marmita esquentou, Geni puxa sua cartela de remédios e toma um dos comprimidos. Pergunto se é remédio para controle da pressão arterial, e Geni responde:

— Estresse. É tipo uns furúnculos. É só me estressar que já sai. Esses dias a pressão tava 19 por 23. O médico disse “vai dar um derrame, mulher!”. E eu não sinto nada. Falo pro médico que chega a me dar dor de barriga de tanto remédio que tenho que tomar, cara. Se eu fosse tomar tudo certinho, eu tomaria 18 comprimidos por dia. Tem dia que eu não tomo nenhum.

Dentro da copa do Departamento de Jornalismo, no Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Geni Benta e sua colega Julia dividem uma bandeja de macarrão congelado. Geni também trouxe coxas de frango, arroz e feijão. O almoço das duas é corrido, mas rotineiro.

Num uniforme azul-marinho, em seus pouco mais de 1,60 m de altura, carregando baldes, panos e vassouras, Geni se desloca pelos corredores da universidade todos os dias há 27 anos. E nessas quase três décadas, o trabalho como funcionária terceirizada seguiu como apenas uma das três jornadas que Dona Geni enfrenta diariamente.



Geni Benta dos Santos (61) nasceu no interior, num “lugarzinho”, como ela carinhosamente lembra, chamado São Tomás, localizado no município de Imaruí, no sul de Santa Catarina. Saiu de lá aos 22 anos, se casou e ficou um tempo sem trabalhar. Desde que veio para a Grande Florianópolis, Geni mora no mesmo lugar, no bairro Janaína, no município de Biguaçu (SC). Seu primeiro emprego na cidade foi como empregada doméstica em casa de família. Nessa casa, trabalhou por mais de 27 anos, sem carteira assinada — a família que a contratou quis assinar sua carteira, mas Geni queria ter a possibilidade de trabalhar em um segundo emprego de forma registrada.

Não há, legalmente, nenhuma implicação caso o empregado do setor privado queira trabalhar em dois ou mais empregos com a carteira assinada. Ao menos na CLT não há nenhum parágrafo ou artigo que proíba a prática. Pode haver, entretanto, restrições contratuais, caso um empregador exija exclusividade.

Nesse caso, Geni já pensava na aposentadoria. Trabalhando na casa da família, ela preferia que o valor de contribuição que os patrões pagariam para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ficasse com ela. Já que, no seu entendimento, contribuiria duas vezes para receber apenas uma aposentadoria — ou um salário mínimo.



**QUANDO
CHEGA O
OUTONO**

AS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

As mulheres representam 92% das pessoas ocupadas no trabalho doméstico no Brasil. Dessas, 65% são mulheres negras, assim como Geni. A média de idade das mulheres nessa ocupação é 43 anos; sendo a maioria concentrada na faixa dos 30 aos 59 anos. A análise mostra ainda que 51,6% das trabalhadoras domésticas são chefes de família. Essa análise foi realizada pelo Dieese, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE/PNAD Contínua) de 2021.

A informalidade também predomina: 76% dessas mulheres trabalham sem carteira assinada. Do total, 33% contribuem para a previdência social. O rendimento médio dessas trabalhadoras foi R\$ 930,00 em 2021. As trabalhadoras sem carteira assinada receberam 40% a menos do que as com carteira. E mulheres negras receberam 20% a menos do que as não negras.

A vulnerabilidade desses postos de trabalho também aumentou na pandemia do novo coronavírus. De acordo com os dados levantados pelo IBGE na PNAD Contínua, houve o desaparecimento de quase dois milhões de empregos de trabalhadores domésticos ainda nos primeiros meses de pandemia.

Em fevereiro de 2020, eram mais de 6 milhões de brasileiros nessa condição de ocupação. Em agosto do mesmo ano, esse número caiu para pouco mais de 4,3 milhões. O gráfico vem subindo gradualmente, mas, dois anos depois, ainda não voltou aos 6 milhões do início da pandemia.



Quando começou a trabalhar na casa da família, Geni só tinha uma filha, Daiana. De manhã a filha ia para a escola, e à tarde acompanhava a mãe no trabalho. Depois de três meses que Camila, a segunda filha nasceu, Geni começou a trabalhar em uma empresa terceirizada para serviços gerais.

Durante alguns anos, trabalhava cerca de 16 horas por dia fora de casa. No antigo BESC, um banco que ficava em frente à Praça XV, no centro de Florianópolis, atual Banco do Brasil, Geni fazia dois turnos: das 6h às 10h, e das 18h às 22h. Nesse meio tempo, trabalhava na casa da família, limpando a casa e cuidando das filhas do casal.

Na segunda-feira de manhã, Geni levava a filha Camila até o centro, onde encontrava sua sobrinha, com quem deixava a filha durante a semana. Então, na sexta-feira à noite, Geni buscava Camila na casa de sua irmã.

A terceira filha de Geni, Isabel, nasceu quando Camila já tinha um ano.

— A mais nova, cada dia um ficava — conta Geni.

Na gravidez de Isabel, Geni tirou licença-maternidade pela empresa terceirizada. Já na casa da família, trabalhou até o nascimento da filha e não tirou licença. Ela conta que os patrões até queriam que ela tirasse, mas Geni não quis.

— Na verdade, eu criei as duas filhas dela [a patroa]. Acho que faz 10 anos que saí. Saí porque meu pai faleceu e minha mãe veio morar comigo. Aí não dava pra ficar muito tempo fora de casa, né? As gurias ficavam, mas tinham que estudar, e a mãe deixava o fogo ligado... — Geni conta que o casal queria que ela seguisse trabalhando para eles. Mas, além dos cuidados com a casa, que era enorme, era preciso cuidar também da mãe dele e da mãe dela. — Aqui na UFSC era melhor, eu vinha só à tarde — continua Geni. — Aí eu dava banho na mãe, fazia almoço, dava café... Aí ela ficava com meu neto, porque tenho um neto que eu crio, né?



A TRIPLA JORNADA FEMININA

A “tripla jornada de trabalho” é uma expressão utilizada para definir a sobrecarga de atividades enfrentada pelas mulheres diariamente. As três jornadas podem ser: a do emprego, a dos cuidados domésticos e a dos cuidados com a família. Há ainda quem estude e precise se dividir entre mais uma função. E os efeitos dessa jornada exaustiva de trabalho se refletem na saúde física, psicológica e financeira dessas mulheres.

Vivendo o dia a dia repleto de compromissos e atividades, acumulando tensões e estresses, é comum que essas mulheres durmam mal, se alimentem mal, não tenham tempo para praticar exercícios físicos, e deixem de ir ao médico. Essa rotina leva a problemas como deficiências nutricionais, problemas gastrointestinais, enxaqueca, dores musculares, ansiedade, depressão, síndrome de burnout e tantas outras doenças.

E com cada vez menos tempo para focar em seu desenvolvimento pessoal e organização financeira, as mulheres que vivenciam a sobrecarga de tarefas enfrentam importantes desafios no que diz respeito à melhora da qualidade de vida por meio do trabalho. A carga de atividades diárias pode ser três vezes maior, mas seu salário ainda continuará o mesmo.

A 2ª edição da pesquisa Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil divulgada pelo IBGE mostra que as mulheres dedicam cerca de 11 horas a mais por semana a cuidados com pessoas e/ou afazeres domésticos que os homens.

No documento “Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas” de 2017, o então Ministério do Desenvolvimento Social orientava que deveria haver incentivo à divisão sexual do trabalho doméstico entre homens e mulheres. Isso porque reconhece que a predominância do papel do cuidado se reservar às mulheres é “fato histórico de modelo de sociedade patriarcal, onde o chefe da família era o homem, provedor e a cuidadora era a mulher. Com a entrada da mulher no mundo do trabalho, redução do número de filhos, outros arranjos e dinâmicas familiares da contemporaneidade, essa divisão de cuidados familiares não mais se justifica”.

Geni faz parte dos 95% dos idosos aposentados que contribuem com a renda da casa — e dos 11% que ainda trabalham. Aposentada há sete anos com o tempo de contribuição no trabalho rural em São Tomás, Geni diz que permanece trabalhando, porque o salário mínimo — valor de sua aposentadoria — é muito pouco.

— Talvez daqui a uns dois anos eu saia. Enquanto eu tiver conta pra pagar, vou trabalhar.

**QUANDO
CHEGA O
OUTONO**



O IDOSO É O 'ETC'

— Costumo dizer o seguinte: o idoso é o herói invisível do Brasil. Porque ele ainda é um cara produtivo. Muitas vezes a filha casa, separa e volta morar com os pais; o filho fica desempregado, volta a morar com os pais. Um pai consegue criar vários filhos, mas hoje um filho não consegue cuidar dos pais. Então, as pessoas mais velhas têm que ter renda — explica Ricardo Mucci, jornalista, influenciador 50+ e articulador de políticas públicas para a pessoa idosa.

Em um país que vive mais e trabalha mais, a pessoa idosa já não pode mais ser vista do lado de fora da força de trabalho. Segundo a pesquisa da FPA, 68% dos idosos afirmam ser o principal responsável pelo domicílio.

As pessoas que hoje têm entre 45 e 60 anos, em sua maioria mulheres, trabalham, têm filhos dependentes e precisam dar suporte aos pais, constituem o perfil médio da chamada geração sanduíche. Sanduíche, pois além de ter que cuidar de suas próprias despesas, ainda apoia os pais, os filhos e netos. Essa geração é resultado das transformações demográficas pelas quais o Brasil passou, como a decisão de ter filhos mais tarde e o aumento da expectativa de vida, sem o planejamento financeiro para viver por tanto tempo.

— Esse é o grande calcanhar de Aquiles hoje. A gente vai viver mais e viver mais significa: mais saúde, mais trabalho, mais educação, mais contas para pagar... E para isso precisamos de renda — afirma Ricardo Mucci.



Conforme o Relatório de Competitividade e Preparação da População Idosa, da AARP, o potencial produtivo latente da população idosa ainda tende a ficar de fora da atenção dos formuladores de políticas e do setor privado. O promotor de Justiça Douglas Martins explica que a desvalorização da pessoa idosa na sociedade, apoiada no etarismo, também se reflete na formulação de políticas públicas.

— E a política pública, de certa forma, é feita para o eleitorado, pensando em como isso vai refletir em termos de capital político para quem a está implementando. Nem sempre é pensado do ponto de vista técnico, de ser uma necessidade, de ser estratégico, importante. Mas são só hipóteses — elabora Douglas.

O envelhecimento ainda é um tema negligenciado no âmbito midiático e político do país. Na última eleição para a presidência do Brasil, os dois candidatos que disputaram o segundo turno tinham mais de 60 anos; Lula com 76 e Bolsonaro com 67. O futuro das pessoas idosas sequer é mencionado nos planos de governo. Na gramática da inclusão, Ricardo diz que o idoso é o “etc”. Enquanto todas as populações vulneráveis são citadas, a pessoa idosa é normalmente esquecida.

Ricardo Mucci, junto a Alexandre Kalache, médico e gerontólogo, e Mauro Motoryn, publicitário e ativista, estão construindo um documento de proposições para o novo governo. Entre elas, a criação de uma Secretaria Especial de Longevidade. O ideal, para Ricardo, é que a secretaria estude políticas públicas para a longevidade, convocando empresas, universidades e sociedade civil para “se unir nesse esforço, porque todo mundo é responsável”.

— Não se deve mais tratar o idoso como um problema. Temos que tratar como uma solução. Investir mais na prevenção do que no tratamento. O custo de uma internação, de hospital, é caro. Tem que deixar o tratamento, o hospital, o remédio, para quem precisa, para quem está doente. Agora, quanto mais se investir em saúde, prevenção, ginástica, nutrição, na inclusão social e digital — quanto mais se investir nisso, que é muito mais barato, menos doente você vai ter na fila do SUS — afirma Ricardo.

Hoje o Brasil possui instrumentos jurídicos bastante consolidados no que diz respeito à proteção dos direitos da pessoa idosa. Mas, na prática, a efetivação dessas políticas ainda é insuficiente.

— Acredito que em termos de legislação, o Estatuto do Idoso é bastante protetivo, bastante amplo. Ele reconhece direitos, ainda que não explicita como eles devem ser efetivados. Sou bastante cético em relação a achar que legislação resolve este tipo de problema. O problema de inclusão social, de proteção de populações vulneráveis, de enfrentamento a preconceitos e a desigualdades se faz por meio de políticas públicas. E políticas de Estado. Senão entra governo, sai governo, e cada um faz do seu jeito — esclarece o promotor de Justiça Douglas Martins. — Teria que ser tratado com mais seriedade. E o que falta para dar efetividade a muitos dos direitos previstos no Estatuto do Idoso é política pública. É Executivo, é fazer. É realmente tratar isso como prioridade, como deveria ser.

**QUANDO
CHEGA O
OUTONO**



ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO **ISABEL COLUCCI**
PRODUÇÃO, APURAÇÃO, REDAÇÃO E EDIÇÃO **KAUANE LAHR**
PROJETO GRÁFICO E EDITORIAL **KAUANE LAHR**
APOIO E REVISÃO **BIANCA NERY | EVELYSE PORTO | GIULIANA ARRUDA | WAGNER TOMAZONI**